

Câmara de
Comércio e
Indústria Brasil -
Alemanha de São
Paulo

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2022 e 2021**

Conteúdo

| | |
|---|-----------|
| Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras | 3 |
| Balancos patrimoniais | 6 |
| Demonstrações do resultado | 7 |
| Demonstrações do resultado abrangente | 8 |
| Demonstrações das mutações do patrimônio líquido | 9 |
| Demonstrações dos fluxos de caixa | 10 |
| Notas explicativas às demonstrações financeiras | 11 |



KPMG Assurance Services Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400 - Parte, Chácara Santo Antônio,
CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone 55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

À
Diretoria da
Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Alemanha de São Paulo
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Alemanha de São Paulo (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Alemanha de São Paulo em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.




- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 15 de março de 2023

KPMG Assurance Services Ltda.
CRC 2SP-023228/O-4


Thomas Fesl
Contador CRC 1SP335368/O-9

Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Alemanha de São Paulo

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em Reais)

| Ativo | Nota | 2022 | 2021 | Passivo | Nota | 2022 | 2021 |
|--------------------------------------|------|-------------------|-------------------|---|------|-------------------|-------------------|
| Circulante | | | | Circulante | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 5 | 10.553.970 | 11.483.466 | Encargos sociais a recolher | 12 | 731.287 | 855.195 |
| Contas a receber | 6 | 1.006.305 | 1.800.241 | Salários e férias a pagar | 13 | 2.017.112 | 2.267.760 |
| Adiantamentos | 7 | 484.820 | 365.436 | Contas a pagar | 14 | 415.674 | 963.640 |
| Total do ativo circulante | | 12.045.095 | 13.649.143 | Recursos de terceiros | 15 | 392.863 | 971.578 |
| Não circulante | | | | Adiantamentos de clientes | 16 | 1.388.851 | 2.681.486 |
| Imobilizado | 9 | 3.820.510 | 4.382.557 | Receitas diferidas | 18 | 16.303 | 15.049 |
| Intangível | 10 | 392.188 | 429.321 | Total do passivo circulante | | 4.962.090 | 7.754.709 |
| Propriedade para investimento | 11 | 1.152.001 | 1.196.308 | Não circulante | | | |
| Total do ativo não circulante | | 5.364.699 | 6.008.186 | Provisões para Contingências | 17 | 143.587 | 673.583 |
| | | | | Receitas diferidas | 18 | 374.962 | 392.518 |
| | | | | Total do passivo não circulante | | 518.549 | 1.066.101 |
| | | | | Patrimônio líquido | | | |
| | | | | Patrimônio social | | 3.227.399 | 3.227.399 |
| | | | | Superávits acumulados | | 8.701.757 | 7.609.120 |
| | | | | Total do patrimônio líquido | | 11.929.156 | 10.836.519 |
| Total do ativo | | 17.409.795 | 19.657.329 | Total do passivo e patrimônio social | | 17.409.795 | 19.657.329 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Alemanha de São Paulo

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em Reais)

| | | 2022 | 2021 |
|---|-------------|---------------------|---------------------|
| Receitas | Nota | | |
| Contribuições de associados | | 6.959.407 | 6.233.626 |
| Subsídios: | | | |
| Deutsche Industrie und Handelskammer | 19 | 4.314.595 | 2.572.760 |
| Bayerisches Staatsministerium für Wirtschaft, Infrastruktur | 19 | 974.017 | 1.145.179 |
| Germany Trade & Invest | 19 | 1.037.603 | 1.299.593 |
| Fomento de negócios | | 659.364 | 439.923 |
| Publicações | | 552.145 | 529.506 |
| Outros serviços | 21 | 4.974.983 | 4.119.993 |
| Eventos | 20 | 8.457.172 | 6.073.934 |
| Aluguéis de salas | 11 | 921.767 | 878.795 |
| Outras Receitas | | 649.423 | 6.019 |
| Financeiras | 23 | 1.201.090 | 574.638 |
| | | 30.701.566 | 23.873.967 |
| Despesas | | | |
| Ordenados | | (10.032.052) | (9.807.472) |
| Encargos sociais | | (3.578.649) | (3.288.878) |
| Benefícios a empregados | | (2.041.459) | (1.568.775) |
| Publicações | | (264.105) | (248.087) |
| Comunicação | | (148.484) | (146.962) |
| Processamento de dados | | (1.324.122) | (1.256.018) |
| Material de escritório | | (39.688) | (6.621) |
| Escritório - Manutenção | | (1.093.212) | (906.595) |
| Aluguéis de Espaço | | (66.214) | (81.250) |
| Conduções e viagens | | (708.358) | (361.837) |
| Eventos | 22 | (7.416.605) | (2.892.731) |
| Serviços terceiros | | (397.777) | (743.005) |
| Livros e jornais | | (12.910) | (20.664) |
| Depreciações e amortizações | 9/10/11 | (1.105.357) | (1.028.480) |
| Taxas e impostos | | (200.374) | (184.434) |
| Manutenção de veículos | | (65.017) | (53.146) |
| Financeiras | 23 | (1.055.473) | (407.133) |
| Seguros | | (17.692) | (14.861) |
| Outras | | (41.381) | (33.304) |
| | | (29.608.929) | (23.050.253) |
| Superávit do exercício | | 1.092.637 | 823.714 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Alemanha de São Paulo

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em Reais)

| | 2022 | 2021 |
|--------------------------------------|-------------------------|-----------------------|
| Superávit do exercício | 1.092.637 | 823.714 |
| Outros resultados abrangentes | <u>-</u> | <u>-</u> |
| Resultado abrangente total | <u><u>1.092.637</u></u> | <u><u>823.714</u></u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Alemanha de São Paulo

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em Reais)

| | Patrimônio Social | Superávits acumulados | Total |
|---|------------------------------|----------------------------------|-------------------|
| Saldos em 31 de dezembro de 2020 | <u>3.227.399</u> | <u>6.785.406</u> | <u>10.012.805</u> |
| Superávit do exercício | - | 823.714 | 823.714 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2021 | <u>3.227.399</u> | <u>7.609.120</u> | <u>10.836.519</u> |
| Superávit do exercício | - | 1.092.637 | 1.092.637 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2022 | <u>3.227.399</u> | <u>8.701.757</u> | <u>11.929.156</u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Alemanha de São Paulo

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em Reais)

| | Nota | 2022 | 2021 |
|--|------|--------------------------|--------------------------|
| Fluxos de caixa das atividades operacionais | | | |
| Superávit do exercício | | 1.092.637 | 823.714 |
| Ajustes por: | | | |
| Depreciação e amortização | | 1.105.357 | 1.028.480 |
| Resultado da baixa de ativos imobilizados | | 27.419 | 13.829 |
| Reversão em Provisão para Contingências | | (385.440) | - |
| | | <u>1.839.973</u> | <u>1.866.024</u> |
| Variações nos ativos e passivos | | | |
| Redução / (Aumento) em contas a receber | | 793.936 | (919.521) |
| Aumento de adiantamentos | | (119.384) | (122.839) |
| (Redução) / Aumento em encargos sociais | | (123.908) | 75.305 |
| (Redução) / Aumento em contas a pagar | | (149.552) | 246.943 |
| (Redução) / Aumento em adiantamentos de clientes | | (1.292.635) | 196.746 |
| (Redução) / Aumento em salários e férias a pagar | | (250.648) | 585.828 |
| (Redução) / Aumento em recursos de terceiros | | (578.715) | 182.591 |
| Redução em receitas diferidas | | (16.303) | (13.795) |
| Pagamento em Provisão para contingências | | (144.556) | (10.059) |
| | | <u>(41.793)</u> | <u>2.087.224</u> |
| Caixa líquido (utilizado nas) proveniente das atividades operacionais | | | |
| Fluxos de caixa das atividades de investimento | | | |
| Aquisição de ativo imobilizado e intangíveis | | (896.653) | (1.727.732) |
| Recebimento pela venda de equipamento | | 8.950 | 2.600 |
| | | <u>(887.703)</u> | <u>(1.725.132)</u> |
| Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento | | | |
| (Redução) / Aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa | | (929.496) | 362.092 |
| Caixa e equivalente de caixa no início do exercício | 5 | 11.483.466 | 11.121.374 |
| Efeito da variação cambial sobre o caixa e equivalente de caixa | | (306.801) | (99.146) |
| Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício | 5 | <u><u>10.247.169</u></u> | <u><u>11.384.320</u></u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais, exceto quando de outra forma indicado)

1 Contexto operacional

A Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Alemanha de São Paulo (“Entidade” ou “Câmara”) é uma entidade sem fins lucrativos com sede à Rua Verbo Divino em São Paulo, Estado de São Paulo, tendo como objetivo primordial fomentar as relações econômicas entre o Brasil e a Alemanha.

A Entidade é reconhecida pelas Autoridades Fiscais como isenta de imposto de renda por ser considerada uma entidade sem fins lucrativos. Mantém todas as condições de isenção do imposto de renda da pessoa jurídica e da contribuição social sobre lucro líquido descritas na Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997 no artigo 15. § 1º, 2º e 3º e no artigo 12. § 1º, 2º, 3º assim as mencionadas decreto nº 58.400 de 10 de Maio de 1966.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 15 de março de 2023.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos não correntes como instrumentos financeiros não derivativos, os quais são mensurados pelo valor justo.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todos os saldos foram arredondados, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Entidade e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

e. Incertezas sobre estimativas e premissas

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Entidade no processo de aplicação das políticas contábeis.

As estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros considerados razoáveis para as circunstâncias. Tais estimativas e premissas podem diferir dos resultados efetivos. Os efeitos decorrentes das revisões das estimativas contábeis são reconhecidos no período da revisão.

As premissas e estimativas significativas para demonstrações financeiras estão relacionadas a seguir:

- **Nota 6** - Contas a receber (perda estimada com créditos de liquidação duvidosa);
- **Nota 9** - Imobilizado (vida útil);
- **Nota 17** - Provisão para Contingências (probabilidade e magnitude das saídas de recursos).

f. Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Entidade requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A administração revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços é utilizada para mensurar valor justo, a administração analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos das normas CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Entidade usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Entidade reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 11** – Propriedade para investimento
- **Nota 24** – Instrumentos financeiros

3 Principais políticas contábeis

a. Moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Entidade utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são reconvertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas dos balanços. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado do exercício da Entidade. A moeda funcional é o Real.

b. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumentos.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos Financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) – instrumento de dívida; ao VJORA – instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Entidade mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Entidade pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes (ORA). Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos (não aplicável para essa entidade, pois não possui instrumentos financeiros derivativos). No reconhecimento inicial, a Entidade pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos Financeiros – Avaliação do modelo de negócio

A Entidade realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Entidade;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Entidade.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Entidade considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Entidade considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa; termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Entidade a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio (continuação)

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros – Mensuração subsequente e ganhos e perdas

| | |
|--|---|
| Ativos financeiros aVJR | Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. |
| Ativos financeiros a Custo amortizado | Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. |
| Instrumentos de dívida a VJORA | Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado. |
| Instrumentos patrimoniais a VJORA | Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado. |

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Entidade desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Entidade nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Entidade realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Entidade desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Entidade também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Entidade tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge

A Entidade não opera com instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge.

c. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment) .

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Entidade.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos estão demonstradas abaixo:

| | |
|-------------------------|---------|
| Imóveis | 40 anos |
| Móveis e utensílios | 10 anos |
| Máquinas de escritórios | 4 anos |
| Veículos | 5 anos |

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

d. Intangível

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros (softwares) que são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização considerando a vida útil de 4 anos (com taxa de amortização de 25% a.a.). Há softwares que são amortizados em 1 ano conforme contrato da vigência da licença.

e. Propriedade para Investimento

A propriedade para investimento é inicialmente mensurada pelo custo e subsequentemente pelo custo menos as despesas de amortização considerando a vida útil de 40 anos (com taxa de amortização de 2,50% a.a.).

Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido na venda e o valor contábil do item) são reconhecidos no resultado.

Quando uma propriedade para investimento previamente reconhecida como ativo imobilizado é vendida, qualquer montante reconhecido em ajuste de avaliação patrimonial é transferido para lucros acumulados.

A receita de aluguel de propriedade para investimento é reconhecida como receita pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

f. Redução ao valor recuperável (Impairment)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

A Entidade reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- Investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e
- Ativos de contrato.

A Entidade mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Entidade considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Entidade, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (forward-looking).

A Entidade presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 60 dias de atraso.

A Entidade considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Entidade, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou

A Entidade considera que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente aceita de “grau de investimento”.

- As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

- As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Entidade está exposto ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Entidade de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Entidade espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Entidade avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação.

Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- Reestruturação de um valor devido à Entidade em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Para títulos de dívida mensurados ao VJORA, a provisão para perdas é reconhecida no resultado.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Entidade não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Entidade adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro não possui mais expectativa de recuperabilidade conforme análise efetuada pela administração, cliente a cliente.

A Entidade não possui histórico de ativos financeiros baixados.

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado eram avaliados em cada data de balanço para determinar se havia evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor incluía:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Reestruturação de um valor devido à Entidade em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras; ou
- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa
- Esperados de um grupo de ativos financeiros.

(ii) *Ativos não financeiros*

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Entidade são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

g. Provisões

A Companhia reconhecem uma provisão somente quando existe uma obrigação presente (legal ou presumida) como resultado de um evento passado, quando é provável que o pagamento de recursos deva ser requerido para liquidar a obrigação e quando a estimativa pode ser feita de forma confiável para a provisão. Quando alguma dessas características não é atendida, a Companhia não reconhecem uma provisão.

Demandas judiciais e administrativas

A Entidade é parte processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas, para todas as contingências referentes a processos judiciais e administrativos para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos e internos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

h. Receitas

As receitas de contribuições de associados, pela sua natureza e periodicidade variáveis, são identificadas e contabilizadas por ocasião do seu efetivo recebimento pela Entidade, em função da impossibilidade de precisão dos valores e datas de recebimento.

As demais receitas são provenientes de subsídios do governo alemão referente ao reembolso de despesas e de serviços administrativos prestados, eventos e fomento de negócios, estas são contabilizadas de acordo com a competência, conforme contrato e prestação de serviços.

i. Subvenções e assistências governamentais

Subvenções governamentais são inicialmente reconhecidas como receitas diferidas pelo seu valor justo, quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e irá cumprir as condições associadas com a subvenção.

Quando se referir a um item de despesa, o benefício é reconhecido como outra receita ao longo do período de fruição, de forma sistemática, em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando se referir a um ativo, o benefício é reconhecido como receita diferida, sendo alocada ao resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do item correspondente.

j. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Entidade compreendem:

- Receita e despesa de juros;
- Ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

k. Patrimônio líquido

Representa o patrimônio inicial da Entidade, acrescido dos resultados apurados anualmente desde a data de sua constituição que são empregados integralmente nos objetivos sociais da Entidade.

l. Apuração do resultado do exercício

O resultado (déficit/superávit) é apurado de acordo com o regime contábil de competência de exercício, exceto pelas receitas de contribuições que são contabilizadas por ocasião do seu efetivo recebimento.

m. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Entidade tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance).

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Entidade requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, a Entidade mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Entidade utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Empresa mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Entidade determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

4 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022. A Entidade não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham impacto significativo nas demonstrações financeiras da Entidade:

- Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes (alterações ao CPC 26 e CPC 23)
- Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26)
- Definição de estimativa contábil (alterações ao CPC 23)

Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (Alterações ao CPC 32/IAS 12)

5 Caixa e equivalentes de caixa

| | 2022 | 2021 |
|---|--------------------------|--------------------------|
| Caixa | 8.233 | 10.050 |
| Bancos | | |
| No País | 207.509 | 373.624 |
| No Exterior | 1.537.758 | 1.809.513 |
| | <u>1.753.500</u> | <u>2.193.187</u> |
| Aplicações financeiras | | |
| No País | <u>8.800.470</u> | <u>9.290.279</u> |
| Caixa e equivalente de caixa no balanço patrimonial | 10.553.970 | 11.483.466 |
| Efeito da variação cambial sobre o caixa e equivalente de caixa | (306.801) | (99.146) |
| | <u>10.247.169</u> | <u>11.384.420</u> |
| Caixa e equivalente de caixa na demonstração dos fluxos de caixa | | |

Os saldos de bancos nacionais são mantidos em bancos de primeira linha e o saldo de banco no exterior de € 276.247 (em 2021: € 286.274) é mantido no Commerzbank AG - Frankfurt.

As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Esses investimentos financeiros referem-se a certificados de depósitos bancários, pós-fixados atrelados ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI, tendo uma remuneração mensal bruta entre 0,73% e 1,12% (em 2021: entre 0,15 e 0,77%).

6 Contas a receber

| | 2022 | 2021 |
|--------------------|-------------------------|-------------------------|
| Contas a receber | 1.004.024 | 1.800.241 |
| Permutas | 2.281 | - |
| Total Geral | <u>1.006.305</u> | <u>1.800.241</u> |

Composição por vencimento das contas a receber em 31 de dezembro de 2021 e 2022:

| | | |
|-------------------------|-------------------------|-------------------------|
| Títulos à vencer | 673.690 | 790.837 |
| Títulos vencidos | | |
| 1 a 30 dias | 243.093 | 417.491 |
| 31 a 60 dias | 4.133 | 46.130 |
| 61 a 90 dias | - | 45.067 |
| 91 a 180 dias | 60.355 | 487.016 |
| 181 a 360 dias | 22.753 | 13.701 |
| Total | <u>1.004.024</u> | <u>1.800.241</u> |

Do total de R\$ 1.004.024 (em 2021: R\$ 1.800.241) de contas a receber, € 129.457 (em 2021: € 138.969) são contas a receber em euros convertidos para reais, provenientes de Reembolso de Despesas, aluguel dentre outros.

7 Adiantamentos

Os saldos dos adiantamentos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, são:

| | 2022 | 2021 |
|-------------------------------|-----------------------|-----------------------|
| Adiantamento de salário | 88.974 | 61.171 |
| Adiantamentos a fornecedores | 35.100 | 24.464 |
| Adiantamentos de despesas (a) | 46.425 | 82.046 |
| Adiantamento de Férias | 276.935 | 161.299 |
| Adiantamentos para viagens | 4.006 | 1.869 |
| Outros pagamentos antecipados | 33.380 | 34.587 |
| Total Geral | <u>484.820</u> | <u>365.436</u> |

- (a) Pagamento antecipado de despesas diversas relacionadas aos projetos MPI Mainz e MPI Biogeochemie Jina.

8 Entidades relacionadas

Transações

As transações no resultado entre as Entidades relacionadas foram principalmente provenientes de Delegações e Eventos. Os valores nos resultados em 31 de dezembro de 2022 e 2021, são:

| | 2022 | 2021 |
|--|---------------|----------------|
| Receitas com eventos e serviços | | |
| Câmara Brasil-Alemanha Rio de Janeiro | - | 476.875 |
| Câmara Brasil-Alemanha Porto Alegre | - | 119.619 |
| | <u>-</u> | <u>596.494</u> |
| Despesas com eventos e serviços | | |
| Câmara Brasil-Alemanha Rio de Janeiro | - | 137.319 |
| Câmara Brasil-Alemanha Porto Alegre | 77.726 | - |
| | <u>77.726</u> | <u>137.319</u> |

Remuneração da Administração

Em 2022, a remuneração do pessoal-chave da Administração, totalizou R\$ 8.644.340 (em 2021 R\$ 8.773.561) e inclui salários, encargos e benefícios variáveis.

9 Imobilizado

Parte dos imóveis é oriunda de doação do governo alemão. Conforme o CPC 07, assistências recebidas para investimentos devem ser reconhecidas inicialmente como receita diferida, sendo seu reconhecimento como receita atrelado à depreciação do bem (nota 19).

O imóvel localizado na Rua Verbo Divino, 1488 3º Andar - blocos B e C foi hipotecado a favor da República Federal da Alemanha em 24 de maio de 1995, com vencimento para 30 de junho de 2025. A hipoteca foi uma condição da República Federal da Alemanha através do Ministério de Economia para conceder os recursos para aquisição dos blocos mencionados.

a. Movimentação do custo

| Custo | Imóveis | Máquinas de escritório | Móveis e utensílios | Veículos | Imobilizado em andamento | Total |
|---|-----------|---------------------------|------------------------|----------|--------------------------------|-----------|
| Saldo em 31 de dezembro 2020 | 2.006.482 | 1.115.186 | 2.662.480 | 400.128 | 1.860.482 | 8.044.758 |
| Adições | - | 93.694 | 81.526 | - | 841.351 | 1.016.571 |
| Transferência | - | 178.357 | 1.726.648 | - | (1.905.005) | - |
| Baixas | - | (54.116) | (11.364) | - | - | (65.480) |
| Saldo em 31 de dezembro 2021 | 2.006.482 | 1.333.121 | 4.459.290 | 400.128 | 796.828 | 8.995.849 |
| Adições | - | 146.375 | - | - | 17.201 | 163.576 |
| Transferência | - | 97.174 | 716.855 | - | (814.029) | - |
| Baixas | - | (89.834) | (862.768) | - | - | (952.602) |
| Saldo em 31 de dezembro 2022 | 2.006.482 | 1.486.836 | 4.313.377 | 400.128 | - | 8.206.823 |

b. Movimentação da depreciação acumulada

| Depreciação | Imóveis | Máquinas de escritório | Móveis e utensílios | Veículos | Total |
|-------------------------------------|----------------|-----------------------------------|--------------------------------|-----------------|--------------|
| Saldo em 31 de dezembro 2020 | (1.585.121) | (782.588) | (1.413.929) | (303.227) | (4.084.865) |
| Depreciação | (15.049) | (215.402) | (293.681) | (53.348) | (577.480) |
| Baixas | - | 42.764 | 6.286 | - | 49.050 |
| Saldo em 31 de dezembro 2021 | (1.600.169) | (955.226) | (1.701.324) | (356.575) | (4.613.294) |
| Depreciação | (15.049) | (226.426) | (408.631) | (39.146) | (689.252) |
| Baixas | - | 78.994 | 837.239 | - | 916.233 |
| Saldo em 31 de dezembro 2022 | (1.615.218) | (1.102.658) | (1.272.716) | (395.721) | (4.386.313) |

c. Valor contábil

| | Imóveis | Máquinas de escritório | Móveis e utensílios | Veículos | Imobilizado em andamento | Total |
|---------------------------|----------------|-----------------------------------|--------------------------------|-----------------|---|--------------|
| Em 31 de dezembro de 2020 | 421.361 | 332.598 | 1.248.551 | 96.901 | 1.860.482 | 3.959.894 |
| Em 31 de dezembro de 2021 | 406.313 | 377.895 | 2.757.967 | 43.554 | 796.828 | 4.382.557 |
| Em 31 de dezembro de 2022 | 391.264 | 384.178 | 3.040.661 | 4.407 | - | 3.820.510 |

d. Adições ao imobilizado e intangível

| | 2022 | 2021 |
|-----------------------|------------------|------------------|
| Adições | 498.239 | 1.383.261 |
| Fornecedores pagos | <u>(498.239)</u> | <u>(984.847)</u> |
| Total não pago | - | 398.414 |

Os valores em aberto em 31 de dezembro de 2022 em contas a pagar relativos à aquisições de imobilizado e intangível é de R\$ 0,00, em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 398.414.

10 Intangível

Os ativos intangíveis compreendem os softwares da Entidade. O método de amortização é o linear e o prazo de amortização é de 4 anos, com taxa de 25% a.a. Há softwares que são depreciados em 1 ano, com taxa de 100% a.a conforme contrato da vigência da licença.

a. Movimentação do custo

| | |
|-------------------------------------|-----------------------|
| Saldo em 31 de dezembro 2020 | <u>840.848</u> |
| Adições | 366.690 |
| Transferência | - |
| Baixas | <u>(166.970)</u> |
| Saldo em 31 de dezembro 2021 | 1.040.568 |
| Adições | 334.665 |
| Transferência | - |
| Baixas | <u>(611.488)</u> |
| Saldo em 31 de dezembro 2022 | 763.745 |

b. Movimentação da amortização acumulada

| | |
|-------------------------------------|-------------------------|
| Saldo em 31 de dezembro 2020 | <u>(371.525)</u> |
| Amortização | (406.692) |
| Baixas | <u>166.970</u> |
| Saldo em 31 de dezembro 2021 | <u>(611.247)</u> |
| Amortização | (371.797) |
| Baixas | <u>611.487</u> |
| Saldo em 31 de dezembro 2022 | <u>(371.557)</u> |

Valor contábil

| | |
|---------------------------|---------|
| Em 31 de dezembro de 2020 | 469.323 |
| Em 31 de dezembro de 2021 | 429.321 |
| Em 31 de dezembro de 2022 | 392.188 |

11 Propriedade para investimento

A Câmara é composta por quatro blocos, sendo que os Blocos A e D no 3º. andar são alugados para terceiros com contratos com prazos indeterminados. Os valores recebidos como aluguéis em 2022 representam R\$ 921.766 (em 2021: R\$ 878.795). O valor justo do bem é cerca de R\$ 11,5 milhões (em 2021: R\$ 8,4 milhões), houve uma valorização real, considerando-se a idade do Edifício e os inúmeros lançamentos corporativos na região.

a. Movimentação do custo

| | |
|------------------------------|-----------|
| Saldo em 31 de dezembro 2020 | 2.619.175 |
| Saldo em 31 de dezembro 2021 | 2.619.175 |
| Saldo em 31 de dezembro 2022 | 2.619.175 |

Não houve adições ou baixas desde 1º de janeiro de 2010.

b. Movimentação da depreciação acumulada

| | |
|--|---------------------------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2020 | <u>(1.378.559)</u> |
| Depreciação | <u>(44.308)</u> |
| Saldo em 31 de dezembro de 2021 | <u>(1.422.867)</u> |
| Depreciação | <u>(44.307)</u> |
| Saldo em 31 de dezembro de 2022 | <u>(1.467.174)</u> |

Valor contábil

| | |
|---------------------------|-----------|
| Em 31 de dezembro de 2020 | 1.240.616 |
| Em 31 de dezembro de 2021 | 1.196.308 |
| Em 31 de dezembro de 2022 | 1.152.001 |

c. Mensuração do valor justo

(i) Hierarquia do valor justo

O valor justo das propriedades para investimento foi determinado por avaliadores imobiliários externos independentes, com qualificação profissional adequada e reconhecida, e experiência recente na localidade e na categoria da propriedade que está sendo avaliada. Os avaliadores independentes fornecem o valor justo da carteira das propriedades para investimento da Entidade a cada ano.

A mensuração do valor justo de todas as propriedades para investimento foram classificados como Nível 2 com base nos inputs utilizados.

12 Encargos sociais a recolher

| | 2022 | 2021 |
|--------------|-----------------------|-----------------------|
| IRRF a pagar | 312.668 | 342.732 |
| INSS a pagar | 299.564 | 326.628 |
| FGTS a pagar | 91.567 | 112.545 |
| Outros | <u>27.488</u> | <u>73.290</u> |
| Total | <u>731.287</u> | <u>855.195</u> |

13 Salários e férias a pagar

| | 2022 | 2021 |
|---------------------------------|-------------------------|-------------------------|
| Provisão para férias e encargos | 1.091.948 | 1.002.871 |
| Gratificações | <u>925.164</u> | <u>1.264.889</u> |
| Total | <u>2.017.112</u> | <u>2.267.760</u> |

14 Contas a pagar

| | 2022 | 2021 |
|-------------------------------|----------------|----------------|
| Eventos / Delegações | 153.366 | 35.907 |
| Compra de Imobilizado | - | 398.414 |
| Honorários Serviços Prestados | 193.228 | 253.656 |
| Outros | 69.080 | 275.663 |
| Total | 415.674 | 963.640 |

15 Recursos de terceiros

| | 2022 | 2021 |
|--|----------------|----------------|
| Max Planck Institut Mainz | 164.454 | 567.987 |
| Biogeochemie Jina - Max Planck Institute | 42.272 | 227.289 |
| MAPs | 186.137 | 176.302 |
| Total | 392.863 | 971.578 |

16 Adiantamento de clientes

As receitas antecipadas referem-se em geral a patrocínios para projetos e eventos do exercício de 2023. As contribuições de associados provem de associados que pagam anuidade no momento da associação, o que caracteriza parte do recebimento do próximo exercício.

| | 2022 | 2021 |
|----------------------------|------------------|------------------|
| Receitas antecipadas | 942.065 | 2.200.933 |
| Subsídio a apropriar | 247.888 | 275.303 |
| Contribuição de associados | 198.898 | 205.250 |
| Total | 1.388.851 | 2.681.486 |

17 Provisão para contingências

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Câmara é parte envolvida em processo de natureza trabalhista, decorrentes de autuações por parte das autoridades fiscais, de reclamações de terceiros ou de ações e questionamentos. Para essa contingência foi constituída provisão, quando, na opinião da Administração e de seus assessores jurídicos, o risco de eventual perda foi considerado como provável. Essa provisão está assim apresentada:

| | 2022 | 2021 |
|--------------------------|----------------|----------------|
| Reclamações trabalhistas | 143.587 | 673.583 |
| Total | 143.587 | 673.583 |

As movimentações da provisão para riscos trabalhistas estão demonstradas a seguir:

| | Trabalhistas |
|--|---------------------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2020 | 683.642 |
| Adições | - |
| Pagamentos | (10.059) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2021 | 673.583 |
| Adições | - |
| Reversões | (385.440) |
| Pagamentos | (144.556) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2022 | 143.587 |

A Câmara possui ações de natureza trabalhista que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificado pela Administração e por seu assessores legais como possível no valor de R\$ 140.346 em 2022 (R\$ 131.410 em 2021).

18 Receitas diferidas

A Entidade recebeu duas subvenções do governo alemão. A primeira das subvenções foi recebida em 1991, no valor de R\$ 2.006.482 e estava condicionada a compra do imóvel localizado na Rua Verbo Divino, 1488 3º Andar - blocos B e C. A segunda subvenção foi recebida em 2008, no valor de R\$ 340.373, destinada a compra de imobilizado. Ambas as subvenções estão sendo amortizadas durante a vida útil dos bens. Em 31 de dezembro de 2022, o montante reconhecido como receita diferida no balanço patrimonial totalizava R\$ 391.264.

| | 2022 | 2021 |
|-----------------------|----------------|----------------|
| Imóvel - Blocos B e C | 391.264 | 407.567 |
| | 391.264 | 407.567 |
| Circulante | 16.303 | 15.049 |
| Não circulante | 374.962 | 392.518 |

19 Subsídios

Os subsídios recebidos são provenientes de diversas representações do Governo Alemão, onde a finalidade é reembolsar despesas e serviços administrativos prestados pela Câmara.

| | 2022 | 2021 |
|---|------------------|------------------|
| Deutsche Industrie und Handelskammer | 4.314.595 | 2.572.760 |
| Bayerisches Staatsministerium für Wirtschaft, Infrastruktur | 974.017 | 1.145.179 |
| Germany Trade & Invest | 1.037.603 | 1.299.593 |
| Total | 6.326.216 | 5.017.532 |

20 Receita com eventos

Os saldos registrados no grupo de eventos são provenientes de eventos, feiras, delegações, workshops, dentre outros, conforme demonstrado abaixo:

| | 2022 | 2021 |
|--------------|------------------|------------------|
| Eventos | 5.562.590 | 5.692.764 |
| Feiras | 2.530.287 | 37.242 |
| Delegações | 364.295 | 343.928 |
| Total | 8.457.172 | 6.073.934 |

21 Receita com outros serviços

Os saldos registrados no grupo outros serviços são provenientes de projetos, serviços, dentre outros, conforme demonstrado abaixo:

| | 2022 | 2021 |
|--|------------------|------------------|
| Serviços prestados para empresas na Alemanha | 324.439 | 1.259.575 |
| Prorecognition | 966.926 | 1.014.215 |
| Projeto Centro de Competência de Mineração | 121.304 | 720.616 |
| Hidrogênio Verde | 2.700.150 | 574.852 |
| Outros | 862.164 | 550.735 |
| Total | 4.974.983 | 4.119.993 |

22 Despesas com eventos

Os saldos registrados no grupo de eventos são provenientes de eventos, feiras, delegações, prêmio personalidade, workshops, encontro econômico, dentre outros, conforme demonstrado abaixo:

| | 2022 | 2021 |
|--|------------------|------------------|
| Congresso Brasil-Alemanha de Inovação | 195.039 | 80.877 |
| Startups Connected | 87.518 | 64.704 |
| Cooperações de Inovação | 512.343 | 373.283 |
| Women Going Digital | - | 68.196 |
| Outros Eventos | 828.572 | 225.349 |
| Curso EAD em Economia Circular | - | 418.608 |
| AHK Digital Academy | 15.001 | 360.723 |
| Curso EAD em ODS como Negócios | - | 303.458 |
| Hand in Hand for International | 809.266 | 724.005 |
| Feiras | 2.258.339 | - |
| Hidrogênio Verde | 1.146.101 | 102.325 |
| Curso EAD Responsabilidade Estendida | 407.060 | - |
| Curso EAD Gestão CO2 da Geração ao Trade | 354.747 | - |
| Eventos Vice Presidência | 586.835 | 142.742 |
| Delegações | 177.913 | 10.500 |
| Outros | 37.871 | 17.960 |
| Total | 7.416.605 | 2.892.730 |

23 Resultado financeiro

| | 2022 | 2021 |
|-----------------------------|---------------------------|-------------------------|
| Receitas financeiras | | |
| Variações cambiais ativas | 448.728 | 283.906 |
| Juros | <u>752.362</u> | <u>290.732</u> |
| Total | <u>1.201.090</u> | <u>574.638</u> |
| Despesas financeiras | | |
| Variações cambiais passivas | (994.459) | (352.763) |
| Despesas bancárias | <u>(61.014)</u> | <u>(54.370)</u> |
| Total | <u>(1.055.473)</u> | <u>(407.133)</u> |

24 Instrumentos financeiros

a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta apenas os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

| Ativos e Passivos 2022 | Valor Contábil | | | Valor Justo | |
|--|---------------------------------------|-------------------------|-----------------------------|-------------------------|-------------------------|
| | Ativos financeiros a custo amortizado | Ativo financeiro a VRJ | Outros Passivos Financeiros | Nível 2 | Total |
| Ativos financeiros | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5) | | | | | |
| - Bancos | 1.753.500 | - | - | - | - |
| - Aplicações Financeiras | - | 8.800.470 | - | 8.800.470 | 8.800.470 |
| Contas a receber (Nota 6) | <u>1.006.305</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>-</u> |
| | <u>2.759.805</u> | <u>8.800.470</u> | <u>-</u> | <u>8.800.470</u> | <u>8.800.470</u> |
| | Valor Contábil | | | Valor Justo | |
| Passivos financeiros | | | | | |
| Contas a pagar (Nota 14) | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>415.674</u> | <u>-</u> | <u>-</u> |
| | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>415.674</u> | <u>-</u> | <u>-</u> |
| Ativos e Passivos 2021 | | | | | |
| | Valor Contábil | | | Valor Justo | |
| Ativos financeiros | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5) | | | | | |
| - Bancos | 2.193.187 | - | - | - | - |
| - Aplicações Financeiras | - | 9.290.279 | - | 9.290.279 | 9.290.279 |
| Contas a receber (Nota 6) | <u>1.800.241</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>-</u> |
| | <u>3.993.428</u> | <u>9.290.279</u> | <u>-</u> | <u>9.290.279</u> | <u>9.290.279</u> |
| | Valor Contábil | | | Valor Justo | |

| Passivos financeiros | Ativos financeiros a custo amortizado | Ativo financeiro a VRJ | Outros Passivos Financeiros | Nível 2 | Total |
|--------------------------|---|------------------------------|-----------------------------------|---------|-------|
| Contas a pagar (Nota 14) | - | - | 963.640 | - | - |
| | - | - | <u>963.640</u> | - | - |

b. Gerenciamento dos riscos financeiros

A Entidade possui exposição aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de mercado
- Risco de liquidez

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Entidade a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Entidade, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento do capital da Entidade. Divulgações quantitativas adicionais estão incluídas ao longo dessas informações financeiras.

Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração da Entidade tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Entidade.

As políticas de gerenciamento de risco da Entidade são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Entidade, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

c. Riscos de crédito

Risco de crédito é o risco de a Entidade incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros conforme apresentado abaixo.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

| | Nota | <u>Valor contábil</u> | |
|-------------------------------|------|-----------------------|-------------------|
| | | 2022 | 2021 |
| Contas a receber | 6 | 1.006.305 | 1.800.241 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 5 | <u>10.545.737</u> | <u>11.473.415</u> |
| | | <u>11.552.042</u> | <u>13.273.656</u> |

Contas a receber

Caso necessário, a Entidade estabelece uma provisão para perda com recuperação que representa sua estimativa de despesas a incorrer com as contas a receber. Essa provisão é calculada considerando o risco específico relacionado a exposições individuais. Para 31 de

dezembro de 2022 e 2021, nenhuma provisão para perda foi constituída, uma vez que a Entidade não possui histórico de perdas em anos anteriores e nem indicativo de perdas futuras considerando o mercado em que opera.

Caixa e equivalentes de caixa

A Entidade detinha caixa e equivalentes de caixa de R\$ 10.545.737 em 2022 (em 2021: R\$ 11.473.415), os quais representam sua máxima exposição de crédito sobre aqueles ativos. O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituição financeira, os quais possuem altas qualificações no mercado.

d. Riscos de mercado

A Entidade está sujeita ao risco de moeda nas transações de Subsídios recebidos pela Alemanha em uma moeda diferente das respectivas moedas funcionais da entidade, 100% destes subsídios são atrelados ao Euro (€). A entidade também possui transações relacionadas a gastos em moeda estrangeira relacionados às viagens realizadas à Alemanha, sendo esta uma das principais despesas.

Para demonstrarmos as transações dos Subsídios do exercício em moeda estrangeira, segue a composição:

| Subsídios 2022 | Euro | R\$ |
|--------------------------|------------------|------------------|
| Subsídio DIHK | 787.542 | 4.314.595 |
| Subsídio GTAI | 191.006 | 1.037.603 |
| Subsídio REPRES. BAVIERA | <u>178.889</u> | <u>974.017</u> |
| Total | <u>1.157.437</u> | <u>6.326.216</u> |

| Subsídios 2021 | Euro | R\$ |
|--------------------------|----------------|------------------|
| Subsídio DIHK | 403.565 | 2.572.760 |
| Subsídio GTAI | 203.817 | 1.299.593 |
| Subsídio DZT-TURISMO | - | - |
| Subsídio REPRES. BAVIERA | <u>179.600</u> | <u>1.145.179</u> |
| Total | <u>786.982</u> | <u>5.017.532</u> |

A Entidade não realiza proteção por hedge, sobre a sua exposição esperada de moeda estrangeira com relação aos Subsídios.

A Entidade mantém outras transações em moeda estrangeira no Commerzbank AG - Frankfurt, havendo saldos em conta bancária de € 276.247 (em 2021: € 286.274) no exterior.

A Entidade possui os seguintes montantes em moeda estrangeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

| 2022 | Euro | R\$ |
|--------------------------|-----------------------|-------------------------|
| Conta bancária | 276.247 | 1.537.758 |
| Contas a receber | <u>129.457</u> | <u>717.751</u> |
| Exposição líquida | <u>405.704</u> | <u>2.255.509</u> |

| 2021 | Euro | R\$ |
|--------------------------|-----------------------|-------------------------|
| Conta bancária | 286.274 | 1.809.513 |
| Contas a receber | 138.969 | 872.377 |
| Contas a pagar | <u>(35.410)</u> | <u>(223.822)</u> |
| Exposição líquida | <u>389.833</u> | <u>2.458.068</u> |

Como análise de sensibilidade, uma desvalorização da moeda estrangeira de 25% teria um efeito negativo no resultado, de R\$ 564.598. Considerando uma desvalorização de 50% da moeda estrangeira, o impacto no resultado seria de R\$ 1.129.196.

e. Riscos de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Entidade irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Entidade na Administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade.

Todos os passivos financeiros da Entidade tem vencimento em menos de 3 meses da data de fechamento do balanço.

f. Gerenciamento de capital

A política da Diretoria, bem como as demais áreas, procura um equilíbrio entre a rentabilidade vis-à-vis o risco incorrido, de modo a não expor seu patrimônio ou de sofrer com flutuações do mercado. Visando a gestão do capital saudável, a Entidade adota a política de preservar a liquidez com o acompanhamento de perto do fluxo de caixa de curto e longo prazo.

25 Renúncia fiscal

Em atendimento ao item 27, letra “c” da ITG 2002 (R1) - entidade sem finalidade de lucros, a Entidade apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2022.

Consideramos os seguintes impostos e contribuições e respectivas alíquotas:

- Incidentes sobre a receita (ISS 5%, COFINS 1% e PIS 0,65%)
- Incidentes sobre o superávit do exercício (IRPJ e CSSL 34%).

* * *

Barbara Konner
Vice-presidente Executivo

Luciléia Foliene
Contadora CRC 1SP276721/O-0